

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA

**22^a REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA
BRASÍLIA, 16 A 19 DE JULHO DE 2000**

**FÓRUM DE PESQUISA 03:
CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

Coordenador: Henyo Trindade Barreto Filho (Departamento de Antropologia da UnB)

Nos últimos cinco anos, vem se realizando em vários programas de pós-graduação no país um número crescente de pesquisas na antropologia e áreas afins em torno de dois temas inter-relacionados: (a) os conflitos socioambientais sobre o acesso a, gestão de e controle sobre os recursos naturais; e (b) etnografias das unidades de conservação vistas como uma forma específica de territorialidade com seus próprios atores sociais. Esse fórum propõe propiciar um diálogo entre esses pesquisadores com o fim de estabelecer vínculos analíticos e empíricos entre essas pesquisas e discutir a constituição de uma rede de pesquisa sobre esse campo no nível nacional. Alguns dos tópicos privilegiados desse diálogo são: os movimentos ambientalistas; populações e parques; o Sistema Nacional das Unidades de Conservação (SNUC); a gestão social dos recursos naturais; políticas ambientais nos níveis municipal, estadual, federal e global; e a resolução de conflitos.

1ª SESSÃO (17/07): AMBIENTALISMO E DISCURSOS AMBIENTAIS

Coordenador: Paul Elliott Little (UnB)

Debatedor: David Cleary, Ph.D. (The Nature Conservancy)

DEPOIS QUE ENTROU O 'IMBAMBA': CONCEPÇÕES DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL ENTRE A POPULAÇÃO DA ILHA GRANDE

Rosane Manhães Prado (UERJ)

A Ilha Grande (Angra dos Reis, RJ) é designada em diferentes meios e documentos oficiais como “paraíso ecológico” a ser preservado, estando dividida em unidades de conservação sob várias legislações e a cargo de distintas instâncias governamentais, ao mesmo tempo em que é objeto de intensa freqüentação por veranistas e turistas. O trabalho, resultante de pesquisa junto à população local, analisa as visões dos que estão mais intimamente ligados a esse lugar eleito, i. é, os nativos, mostrando como estes traduzem de modo peculiar as idéias de “problemas ambientais” e de “preservação ambiental”. Entre outros aspectos, mostra como tais visões são marcadas por (além das culturas tradicionais da Ilha) uma forte referência ao Presídio que ali existia (desativado em 1994) e uma correspondente lógica policial.

MULTICULTURALISMO VERSUS MULTINATURALISMO NA ESTAÇÃO ECOLÓGICA DA JURÉIA, SÃO PAULO

Ruben Caixeta de Queiroz (UFMG)

O trabalho trata da relação tensa e conflituosa entre distintas cosmologias que se encontram na Estação Ecológica da Juréia (litoral sul de São Paulo): a dos moradores tradicionais (descendentes de índios, negros e brancos) que nasceram ou vivem na região há muito tempo e a dos representantes do Movimento Ecológico Pró-Juréia e da Secretaria de Meio Ambiente do Estado, que atuam na região da Juréia desde o começo dos anos oitenta, orientados para a proteção e a educação ambiental e a oferta de alternativas de sobrevivência para a população local. Essa relação é abordada a partir de uma teoria em gestação na etnologia brasileira, a do multinaturalismo das sociedades ameríndias. Assumindo que a cosmologia dos moradores da Juréia associa-se à ameríndia e se opõe à ocidental, tenta-se verificar a rentabilidade desta hipótese.

A PROPÓSITO DA RESERVA EXTRATIVISTA DE PESCA ARTESANAL MARINHA DE ARRAIAL DO CABO/RJ: QUANDO AS MINHOCAS VIVEM DE PEIXES, ‘SER CABISTA É SER PESCADOR’

Simone Moutinho Prado (UNIG)

Com a criação da Reserva Extrativista de Pesca Artesanal Marinha (RESEX) de Arraial do Cabo, o ofício de pescador se imbrica à palavra tradicional, que cresce em valor, a medida em que passa a garantir direitos de exploração e administração da área circunscrita por esta unidade de conservação ambiental. Os diferentes significados da tradição, seu movimento através da memória dos interlocutores, sob a influência de um contexto sempre em mudança, é a base na qual organizo minhas observações sobre os recortes de suas falas, com o propósito de compor um mosaico referido ao que se considera como ser cabista, ou seja, ser nato de Arraial do Cabo, ser pescador e ser tradicional nos dias de hoje.

TERRITORIALIDADE EM ÁREAS URBANAS

Maria do Carmo Vieira (UFAL)

O Pontal da Barra, bairro de Maceió, é uma ZPR (Zona de Preservação Rigorosa) e suas características físico-culturais, contrapostas à ameaça de desagregação cultural e deterioração ambiental do bairro, aliadas a outros fatores, levaram a uma mobilização de setores da sociedade que resultou no tombamento do Pontal da Barra e na sua transformação em área protegida. O sentido de territorialidade dos moradores do Pontal da Barra (territorialidade entendida como “senso de identidade espacial, senso de exclusividade e o compartilhar de interação humana no espaço”) e a relação dessa territorialidade com as características físicas e culturais de seu espaço são o objeto da pesquisa e do trabalho

(INTERVALO)

A JUSTIÇA LOCAL NAS RESERVAS EXTRATIVISTAS

Mauro W. B. de Almeida, Eliza Lozano Costa (Unicamp)

Mariana Pantoja Franco (Unicamp)

Sob o nome um tanto estranho de *Reservas Extrativistas*, os seringueiros reivindicaram uma reforma agrária baseada na coletivização, na auto-gestão e na conservação da natureza. Contudo, para atingir estas grandes metas, os seringueiros enfrentam problemas locais, que surgem quando os velhos patrões e sua polícia vão embora e quando os líderes locais tomam o lugar de fiscais do IBAMA. Como determinar quem é o dono das seringas ociosas? Como dividir as praias e barrancos de rio entre tantos? E deve-se ou não proibir as caçadas com cachorro? Para onde vão os recursos dos projetos, os barcos, as radiofonias, as escolas, os postos de

saúde? Em suma, como fazer justiça? São esses os problemas de que trataremos, através de um painel de casos e episódios observados na Reserva Extrativista do Alto Juruá.

AMAZÔNIA SOCIOAMBIENTAL: SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA E DIVERSIDADE SOCIAL

Deborah Lima (NAEA/UFPA)

Jorge Pozzobon (MPEG)

O trabalho consiste no emprego de um conceito central do discurso ambientalista – sustentabilidade ecológica – para construir um quadro socioambiental da Amazônia contemporânea. A classificação da diversidade social segundo sua conduta ambiental é o ponto de partida para uma análise da sustentabilidade ecológica particular de cada segmento social, abordando em especial as características de sua orientação econômica e de sua cultura ecológica. Mostra-se a complexidade da interação entre múltiplos fatores que explicam a conduta ecológica particular de cada segmento social. Com este exercício, alguns estereótipos consagrados são contrariados, como a relação, positiva ou negativa, entre sustentabilidade e demografia, cultura indígena ou pobreza.

ENTRE ÁRVORES E GENTE: A CONJUGAÇÃO DAS DIMENSÕES SOCIAL E AMBIENTAL NA PERSPECTIVA DOS “CAMPAIGNERS” BRITÂNICOS PELA FLORESTA AMAZÔNICA

Andréa Zhouri (UFMG)

A Amazônia constitui-se num dos principais símbolos do ambientalismo global. Dentre as ONGs transnacionais, as britânicas têm tido atuação destacada, seja na campanha do mogno e pela demarcação de terras indígenas, como na idéia da certificação de produtos florestais através da criação do FSC (Forest Stewardship Council). A partir do depoimento de “campaigners” britânicos, o trabalho analisa suas trajetórias sociais e de militância, destacando as tensões na conjugação entre social e ambiental enquanto marcas discursivas independentes de suas filiações organizacionais. Três principais tendências são reveladas, bem como visões globais e locais conflitantes, com conseqüências para o ambientalismo enquanto um campo de comunicação globalizado, e sobretudo para a Amazônia enquanto espaço socioambiental.

2ª SESSÃO (18/07): ÁREAS PROTEGIDAS E GRUPOS HUMANOS

Coordenador e Debatedor: Henyo T. Barretto Filho (UnB)

PARAÍSO PARA QUEM? POPULAÇÕES INDÍGENAS E O PARQUE NACIONAL DO MANU, PERU

Glenn Shepard Jr. & Klaus Rummenhoeller (UFAC)

O Parque Nacional do Manu foi criado em 1973 sobre uma profunda contradição: o coração do parque, a chamada área intangível, é território de vários grupos indígenas. Até 1990, a política indigenista do Parque era uma mistura de protecionismo e negligência, desgostando comunidades contatadas e contribuindo para graves crises de saúde entre grupos isolados. A oferta turística cresceu na região sem benefícios para os índios. Nos últimos dez anos, a administração do Parque e algumas ONGs procuram maior aproximação com os indígenas. Entretanto, alguns biólogos argumentam que os índios representam uma ameaça ao Parque. Apresentamos a política antropológica do Parque, discutimos os conflitos e interesses comuns entre Parque e índios, e refletimos sobre diferentes construções culturais da relação homem-natureza.

POPULAÇÕES TRADICIONAIS E MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS NO PARQUE NACIONAL DO JAÚ: UMA ANÁLISE JURÍDICA

José Heder Benatti (UFPA/IPAM)

O trabalho analisa o manejo dos recursos naturais realizado pelos moradores do Parque Nacional do Jaú (AM) e estuda a questão da regularização fundiária das populações tradicionais no Parque, com o intuito de compreender seus apossamentos peculiares e, com isso, elaborar uma proposta que respeite os seus direitos e, ao mesmo tempo, assegure a proteção da floresta. As áreas ocupadas pelas populações tradicionais são os espaços onde se localizam as casas, roças, e aqueles utilizados para caça, pesca e as atividades de extrativismo vegetal. Logo, a noção de área ocupada corresponde às terras usadas pelos moradores para garantir a reprodução do seu modo de vida. Pretende-se também demonstrar a importância de se envolver as populações tradicionais na discussão sobre manejo e preservação ambiental das áreas protegidas.

PARQUES ECOLÓGICOS E POPULAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL: À PROCURA DA “NATUREZA” E DO LAZER

Maria Lúcia de Santana Braga (NPCT/UnB)

Mauro Oliveira Pires (NPCT/UnB)

O estudo visa analisar a relação entre a população e os parques ecológicos no Distrito Federal - unidades situadas em ambientes urbanos e destinadas ao lazer, à recreação e ao “contato” com o

verde. O resultado da pesquisa demonstra haver uma visão marcada pela *ausência*: os parques servem como elo entre o habitante e o resquício de vegetação original. Sendo Brasília marcada por conflitos urbanos, especulação imobiliária e a presença de unidades de conservação que restringem a presença humana (quando não a proíbem), restam poucas áreas públicas destinadas à recreação e ao “contato” com o *verde*, especialmente os parques ecológicos – estabelecidos, paradoxalmente, em áreas com evidente degradação ambiental. Percebeu-se ainda que, quanto mais carente a população, maior a demanda por lazer e esporte nos parques.

ANÁLISE DE CONTEÚDO APLICADA AO ESTUDO DA RELAÇÃO UNIDADE DE CONSERVAÇÃO/COMUNIDADE NO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DOS VEADEIROS

Mônica Martins de Melo (UnB)

Carlos Hiroo Saito (UnB)

O estudo avalia em que medida o debate internacional sobre a exclusão e/ou integração das comunidades tem sido incorporado, ou não, no manejo das unidades de conservação, tomando o PNCV como exemplo. Optou-se por uma pesquisa documental, apoiada em documentos oficiais, adotando-se a análise de conteúdo como metodologia. A análise identificou a existência de quatro fases distintas na história do PNCV, revelou as motivações sócio-culturais que culminaram com o fechamento do Parque e a sua posterior reabertura em 1992, e reconheceu a influência do debate internacional sobre a participação da população local no manejo e gestão das unidades de conservação brasileiras. O estudo concluiu haver um paralelismo entre o debate em torno do conceito de participação e a dissociação natureza-cultura em nossa sociedade.

(INTERVALO)

O LUGAR DO PARQUE NACIONAL NA LÓGICA DOS LENÇÓIS MARANHENSES

Álvaro de Oliveira D'Antona (Unicamp)

O Lençóis Maranhenses é área privilegiada para contrapor o modelo hegemônico de preservação ambiental ao dinamismo de peculiaridades locais. O cotidiano das comunidades - cujo conhecimento sobre condições sazonais e lugares apropriados estabelece uma alternância de práticas ao longo do ano e até mesmo o deslocamento pelo areal - evidencia que os limites físicos e conceituais do parque nacional ali criado atravessam a lógica da organização regional. Pela caracterização de seus lugares e do modo de vida nos Lençóis Maranhenses será apresentada a relação das comunidades com o Parque, com destaque para os impactos de sua criação sobre concepções e práticas de preservação e degradação ambiental.

POVO DA TERRA E TERRAS DO PARQUE: DA TRADIÇÃO À AÇÃO

Pedro Castelo Branco Silveira (NEPAM/UNICAMP)

Com idéias e práticas diversas, às vezes chamados de populações tradicionais, os moradores de áreas naturais protegidas têm em comum o assombro de terem visto a área onde vivem se transformar, face à opinião pública, de lugar ermo em área estratégica para a conservação de biodiversidade. Discuto o tratamento teórico dado aos moradores de unidades de conservação, procurando desessencializar a relação homem-ambiente e ressaltar a importância da ação concreta dos diversos atores envolvidos no campo de conflitos. A referência empírica são os dados preliminares de pesquisa de mestrado no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (SP), cuja metodologia implica o acompanhamento do cotidiano dos conflitos e negociações, pesquisa documental e entrevistas semi-estruturadas com os principais atores.

OS PATAXÓ MERIDIONAIS E A CRIAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO MONTE PASCOAL

Maria Rosário Carvalho (UFBA/ANAI-BA)

José Augusto Sampaio (UNEB e ANAI/BA)

O objetivo da comunicação é, mediante a utilização de registros primários e secundários, proceder a uma etnografia que dê conta da precedência histórica dos Pataxó na área que viria a compor o Parque Nacional do Monte Pascoal (PNMP), e que corresponde, quase integralmente, ao seu território tradicional, e ao conflito de interesses daí decorrente, que resultaria no compulsório deslocamento de grande parcela da população indígena e em uma nova configuração espaço-social. A retomada do PNMP, quatro décadas depois de sua criação, em agosto de 1999, enseja novas disputas sobre direitos indígenas e preservação ambiental em torno de um bem ecológico-cultural que se afigura material e simbolicamente relevante para as sociedades indígena e nacional.

3ª SESSÃO (19/07): POLÍTICAS AMBIENTAIS E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Coordenador: Peter Schröder (UFC)

Debatedora: Mary Allegretti (Secretaria de Coordenação dos Assuntos da Amazônia Legal/MMA e Doutorado em Desenvolvimento Sustentável, UnB)

PROTEGER A NATUREZA, RENEGAR PESSOAS: A CRIAÇÃO DA FLORESTA NACIONAL DO TAPAJÓS

Edviges Ioris (University of Florida)

Seguindo uma tendência mundial, o Brasil criou a maioria de suas unidades de conservação nas décadas de 1970 e 1980, sendo que a maior extensão destas está na Amazônia. Criadas no contexto da política de expansão das fronteiras dos governos militares, estas áreas constituíram um importante instrumento das políticas ambientais para a região. Contudo, para as populações locais a criação de áreas protegidas gerou conflitos intensos, por incidirem em seus territórios. O trabalho enfoca a criação da Floresta Nacional do Tapajós e o conflito gerado com as comunidades, identificadas como *caboclas*, da margem direita do rio Tapajós. O enfoque privilegia os procedimentos adotados pelo órgão ambientalista oficial para implementar a unidade e a resistência das comunidades para evitar a desapropriação de suas terras.

É POSSÍVEL CONVIVER COM A FLORESTA? QUESTÕES CULTURAIS E POLÍTICAS EM TORNO DA FLORESTA NACIONAL DO ARARIPE (CARIRI CEARENSE)

Peter Schröder (UFC)

A Floresta Nacional (Flona) do Araripe, criada em 1946 e situada na Chapada do Araripe, é a mais antiga do Brasil. Ela representa uma das poucas florestas primárias de maior extensão ainda existentes no interior nordestino e foi criada segundo um modelo convencional de conservação por tentar afastar dela qualquer impacto antropogênico, mas as diversas pressões em cima da Flona não diminuíram no decorrer das décadas passadas. Esta comunicação discutirá o conceito da Flona e sua situação atual do ponto de vista das culturas regionais, apresentando argumentos a favor e contra o modelo em vigor. A principal questão é se a Flona Araripe pode coexistir com os padrões culturais predominantes nas zonas rurais do Cariri abandonando o modelo autoritário e socialmente isolacionista de conservação.

PARQUES NACIONAIS DO IGUAÇU/IGUAZÚ: FRONTEIRA E INTEGRAÇÃO ENTRE BRASIL E ARGENTINA

Luciana de Andrade Mendonça (UnB)

O trabalho reporta-se às representações e políticas de Brasil e Argentina a propósito de seus Parques Nacionais fronteiriços, Iguaçu e Iguazú, respectivamente. A opção por realizar uma

etnografia sobre os dois parques deve-se à complexidade da situação específica: uma área de fronteiras nacionais regida por cosmografias integrativas (ambientalismo e Mercosul). Parques Nacionais têm por finalidade a preservação dos ecossistemas, a pesquisa científica, a educação e a recreação. A fim de observar como essas finalidades criam situações de reciprocidade e/ou conflito entre as duas unidades, foram levantados e comparados elementos referentes à estrutura organizativa, o turismo, planos de manejo e revitalização, polícia florestal e guarda-parques, projetos científicos e estradas internas.

PRODUZINDO UM TERRITÓRIO PROTEGIDO: NOVAS FORMAS DE DELIMITAÇÃO DE FRONTEIRAS E REGULAÇÃO DE CONFLITOS A PARTIR DOS USOS DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL EM TRÊS MUNICÍPIOS DA ZONA DA MATA DE PERNAMBUCO

Thereza Cristina C. Menezes (MN/UFRJ)

O trabalho busca apresentar subsídios para o desenvolvimento de uma reflexão sobre como o meio ambiente vem a se constituir em um problema e as implicações sociais deste processo, notadamente a difusão da crença no imperativo da preservação da “natureza”, o surgimento de uma nova configuração de mediadores e novas instâncias de poder, bem como o uso da Legislação Ambiental para a regulação de conflitos de diversas ordens. Para tal, tomamos como universo de análise três municípios situados no litoral sul de Pernambuco que atualmente experimentam um intenso processo de mudança social representada pela crise da agroindústria canavieira, a intensificação de movimentos de ocupações de terras e a recente transformação de toda região em Área de Proteção Ambiental (APA) de Guadalupe.

(INTERVALO)

UMA LEITURA ANTROPOLÓGICA DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS: A EXPERIÊNCIA DOS COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA

Maria Lúcia de Macedo Cardoso (MN/UFRJ)

A questão da água tem sido amplamente discutida no Brasil, principalmente a partir da promulgação da lei 9.433/97, que estabeleceu novos parâmetros para a Política Nacional de Recursos Hídricos. A atual política se fundamenta no princípio da bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão, e de que tal gestão seja descentralizada e participativa. Para isso instituíram-se os Comitês de Bacia Hidrográfica, colegiados compostos por membros de diversos setores da sociedade, enquanto órgãos normativos e deliberativos. O trabalho visa apresentar uma reflexão sobre as implicações práticas desta política através da experiência dos Comitês de Bacia, enfocando as formas de apropriação do conceito de ‘bacia hidrográfica’ e de construção de identidades locais em torno da questão da água.

PARTICIPAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E IMPACTO: ANÁLISE DE DOIS PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS EM PERNAMBUCO

Renato Athias (UFPE)

As agências bilaterais de desenvolvimento e de cooperação internacional enfatizam que o “sucesso” de um projeto de desenvolvimento (entendido em seu sentido amplo) reside no grau de participação dos envolvidos em todas as esferas de execução, da gestão à avaliação. A partir da avaliação de dois projetos já concluídos, executados com recursos do PD/A-PPG-7, em áreas de Mata Atlântica em Pernambuco, por duas organizações distintas (uma ambientalista e outra sócio-desenvolvimentista), analisam-se as noções de desenvolvimento e participação que estas empregam. Resultados preliminares indicam que a participação dos envolvidos não é o principal fator. A conjuntura econômica, social e política, bem como as políticas de desenvolvimento (municipais ou estaduais) também são essenciais para o “sucesso” do projeto.

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: UMA ABORDAGEM TEÓRICO METODOLÓGICA

Paul E. Little (UnB)

Os conflitos socioambientais tornaram-se um objeto importante de pesquisa na antropologia brasileira, mas ainda carecem de sólidos fundamentos teóricos e metodológicos. No plano teórico, precisam ser entendidos à luz das distintas teorias gerais sobre conflitos sociais, para que posteriormente suas particularidades ambientais possam ser identificadas. No plano metodológico, a investigação dos conflitos requer uma reelaboração parcial de alguns cânones de pesquisa etnográfica, particularmente no referente à relação intersubjetiva entre o pesquisador e os distintos grupos em conflito. Além do mais, o uso posterior dos resultados da pesquisa, seja por parte dos grupos envolvidos, seja por parte do Estado ou das ONGs, precisa ser diretamente confrontado.